

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° /2006

Requer, nos termos regimentais, a criação de Comissão Externa para averiguar as condições de trabalho das polícias no estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a criação de uma Comissão Externa para averiguar as condições de trabalho das polícias no estado do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Somente no ano de 2006, 17 policiais já morreram no Rio Grande do Sul, sendo que muitos destes em serviço. Nos últimos cinco dias, um soldado e um tenente foram assassinados enquanto executavam suas funções. No ano passado foram 31 policiais mortos. Segundo denúncia das entidades ligadas à segurança pública, o sucateamento das polícias é a principal causa, já que faltam equipamentos e estrutura de trabalho.

Segundo a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar – Abamf, os coletes a prova de balas utilizados pela PM estão defasados e muitos já vencidos, ou seja, não suportam disparos de armas de calibres superiores aos usados pelos policiais. Soma-se a isso a superlotação das penitenciárias, a falta de políticas de recuperação e a falta de critérios de seleção dos apenados, ou seja, separação por tipo de crime, fazem com que o sistema prisional seja um fracasso.

Se não bastasse, o Rio Grande do Sul é o penúltimo estado da federação na tabela salarial, ou seja, os profissionais são mal pagos, sendo que 64% dos agentes recebem entre R\$ 528,00 e R\$ 960,00. Para completar, há uma defasagem de efetivo de 12 mil servidores, já que a lei prevê que tenhamos 33 mil, mas estamos trabalhando com apenas 21 mil policiais militares.

Entendemos que para garantir proteção à população, os profissionais da segurança devem ter condições de trabalho. Isso é uma questão fundamental de direitos humanos, afinal de contas os policiais são agentes públicos com objetivo de zelar pela proteção dos cidadãos.

No entanto, cada caso triste deste sempre resulta numa troca de acusações entre as partes envolvidas, geralmente resultando na responsabilização pelo Governo do Estado da falta de recursos federais para a área. O que não pode mais ocorrer são mortes de quem quer que seja.

Nosso objetivo com esta proposta de Comissão Externa é averiguar o que de fato ocorre para resultar nessas tragédias e oferecer sugestões de mudanças, uma vez que as políticas existentes têm se mostrado extremamente ineficientes.

Frente a este contexto, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de junho de 2006.

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal PT/RS